

TESE AO XV CONFENASPS

INTERSINDICAL

– INSTRUMENTO DE LUTA E ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA E INDEPENDENTES

CONJUNTURA

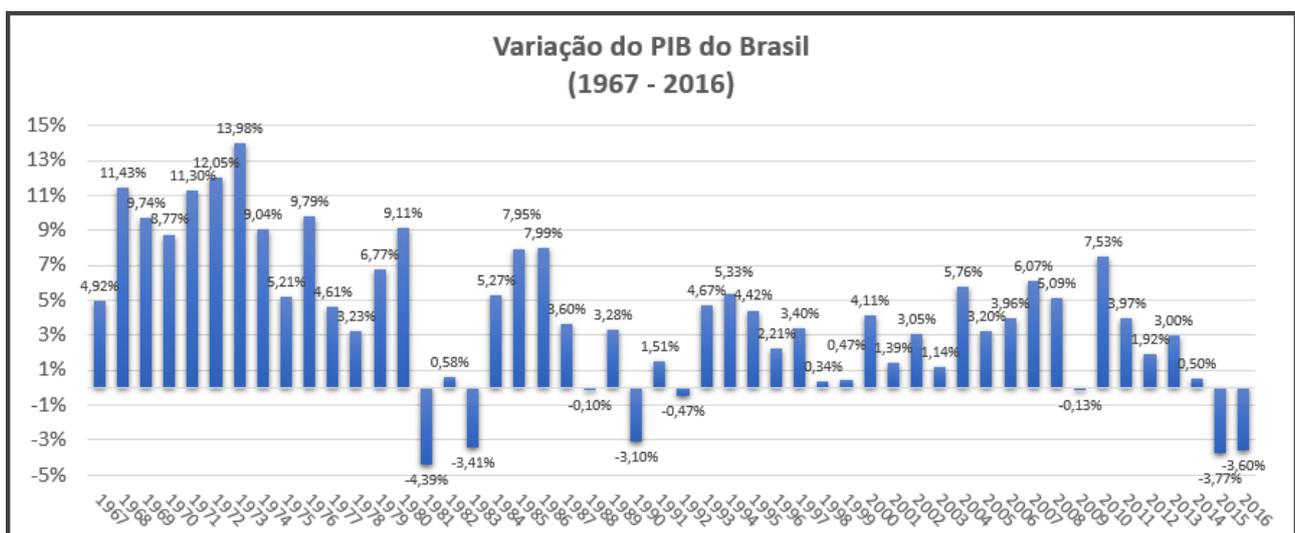
A crise cíclica do capital e os ataques à classe trabalhadora

O projeto democrático popular, projeto hegemônico que dirigiu os movimentos da classe trabalhadora nos últimos anos, com a disputa de eleições e com o objetivo de ganhar o estado para concretizar um conjunto de pautas históricas e tarefas não realizadas pela própria burguesia, levou a imposição de uma conciliação de classes, na tentativa de harmonizar e pacificar aquilo que é impossível de ser harmonizado e pacificado: a relação entre o capital e a exploração do trabalho.

Por um lado, a burguesia não teve o que reclamar com o assenso do PT ao poder. O Governo Lula em 2003 garantiu grandes taxas de lucro com períodos de crescimento econômico. Para os trabalhadores, houve alguns ganhos salariais, acesso a bens de consumo, acesso a programas sociais e de moradia. Num sofisticado arranjo social, os governos do PT se esforçaram para impor uma grande unidade nacional entre patrões e empregados.

Porém, longe de conciliar interesses dos trabalhadores e da burguesia, o Estado age como um amortecedor desses conflitos, e os governos do PT acabaram por aprimorar esse papel do Estado, fazendo com que o principal instrumento de luta criado pela classe trabalhadora nas últimas décadas, deixasse de cumprir o seu papel e se tornasse mais um elemento de entrega de direitos e de fechamento de acordões com os patrões: a CUT – Central Única dos Trabalhadores.

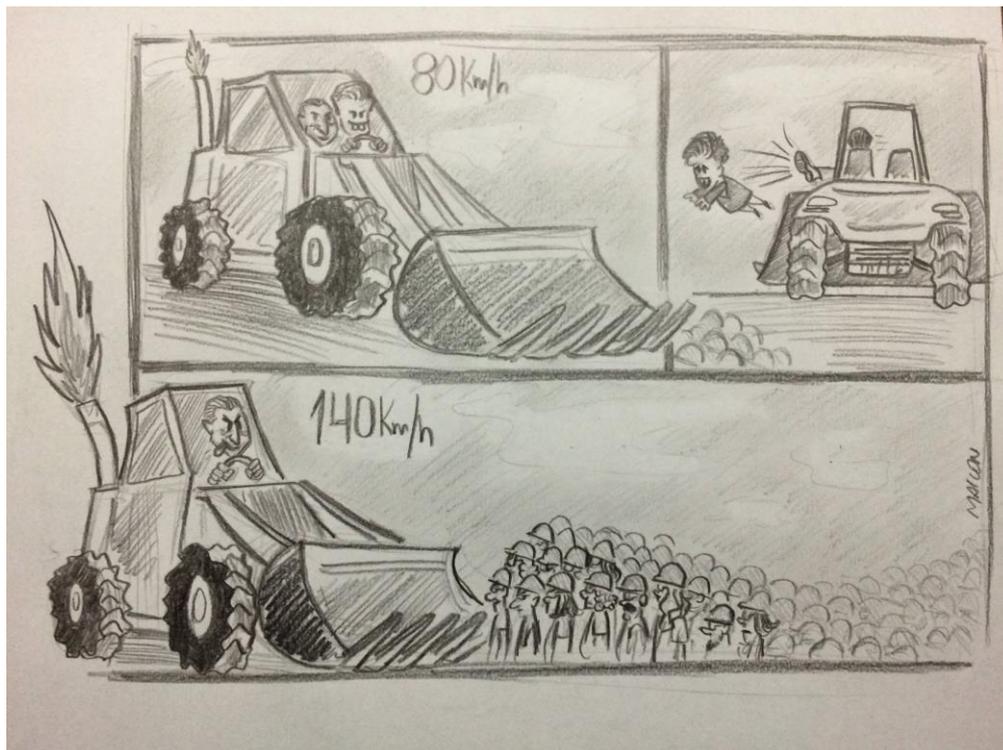
O grande acordão, a grande conciliação estava funcionando muito bem, com crescimento do PIB, redução da miséria extrema e taxas de lucros elevadas para o empresariado. Porém, o crescimento econômico no capitalismo se dá por ciclos, um ciclo de crescimento é acompanhado por um ciclo de crise. E na crise, a burguesia se sente totalmente à vontade para desfazer qualquer acordo e pacto que tenha realizado anteriormente. Os momentos da crise são os momentos de ajuste do capital. Para escapar da bancarrota, os patrões socializam suas dívidas através do Estado e arrocham os trabalhadores. E se a crise é um tsunami ela arrasta para o fundo a classe trabalhadora inteira que navegava na superfície de um mar sereno de conciliação, mas infestado de tubarões.



De 2003 a 2008 o Brasil viveu um ciclo ininterrupto de crescimento econômico. Em 2009 os ventos da crise nos Estados Unidos bateram por aqui. Em 2010 o Brasil exibe exuberantes 7,5% de crescimento. De 2011 pra frente a tendência da crise cíclica começa a ganhar contornos, para em 2015 e 2016 a economia ir ladeira abaixo. Todos os “ganhos” que a classe trabalhadora obteve durante os períodos de crescimento econômico vão ralo abaixo. Aumento da miséria, desemprego, endividamento, aumento da violência urbana, da população em situação de rua e o fantasma da fome volta a rondar.

Tudo indica que o projeto democrático popular está agonizando...

A crise veio, ... e com ela os sinais de que o projeto de conciliação não eram mais suficientes para atender as exigências do capital. A burguesia se pergunta: que fazer? Da mesma forma que um empresário troca um gestor que não cumpre suas metas, ela trocou o gestor do Estado para acirrar ainda mais os ataques contra os trabalhadores.



Para sair da crise o capital precisa de medidas que reduzam drasticamente o preço da força de trabalho, ou seja, arrochar os salários dos trabalhadores. O capital precisa cortar direitos, precisa ter à sua disposição a força de trabalho dos trabalhadores para poder comprá-la e dispensá-la conforme quiser e na hora em que quiser. Nada pode atravancar a economia. Direitos como jornada de trabalho, contrato de trabalho, horas extras, indenização por demissão sem justa causa, são direitos que prejudicam a acumulação do capital. Assim, na crise, tudo aquilo que em determinado momento os trabalhadores conquistaram através de muita luta é destruído.

O Capital nesse momento no Brasil consegue impor sua principal receita para se recuperar de suas crises cíclicas e periódicas, ou seja, aprofundar a exploração contra a classe trabalhadora através da redução do preço da força de trabalho, que é o centro do massacre que o governo da burguesia chama de reforma trabalhista. O que está contido na lei 13.467/17 (reforma trabalhista) vai além de mudanças pontuais e/ou conjunturais. É uma nova reestruturação imposta pelo Capital, com o objetivo de legitimar a redução do preço da força de trabalho e a precarização das condições de trabalho.

O início da década de 90 foi marcado por uma profunda reestruturação produtiva que impôs a terceirização em vários ramos, aumentou a intensidade do trabalho ao mesmo tempo que novas tecnologias eram implementadas para potencializar a produtividade, criaram-se também novas formas de gestão da produção com o objetivo de conter a luta dos trabalhadores através não só mais da repressão, mas também da cooptação. Esse conjunto de medidas não se deu de forma apartada do

que acontecia no mundo. Nas economias dominantes mudanças profundas que atingiram diretamente os trabalhadores foram impostas. O Consenso de Washington é um exemplo disso, ao instalar uma nova fase de aprofundamento da piora das condições de trabalho e vida para os trabalhadores.

- **O momento que vivemos agora é marcado novamente pela ação dos Estados nacionais que para garantir as condições necessárias ao Capital de recuperação e expansão,** ataca os trabalhadores com cortes monstruosos nos serviços públicos, impõe reformas que são de fato o massacre aos direitos conquistados em lutas anteriores pela classe trabalhadora.

- Foi assim no centro do sistema, os EUA, tem sido assim na Europa. E no Brasil depois de uma década e meia tendo como gerente da burguesia o Partido que nasceu da luta dos trabalhadores, mas que se transformou em seu avesso, se consegue ver de maneira mais clara as graves consequências para classe trabalhadora provocadas pela concertação de classes, o apassivamento das lutas.

- **Depois de 14 anos se utilizando do PT, a burguesia necessitava de mais rapidez e intensidade para generalizar as medidas gestadas e já realizadas contra os trabalhadores** por meio de acordos com a maioria das centrais sindicais como Força Sindical, CUT, UGT, Nova Central, CTB entre outras que durante as últimas duas décadas têm aceitado acordos de redução de salários e direitos e foram as signatárias de projetos como o Acordo Coletivo Especial (ACE), que tinha como propósito sobrepor o negociado ao legislado e o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), que permite a redução dos salários dos trabalhadores.

- Com o governo Temer/PMDB, a burguesia avança para impor a principal de suas reformas, a reforma capaz de aumentar ainda mais a extração de mais valia dos trabalhadores e assim aprofundar o abismo entre o que o trabalhador recebe na forma de salários e direitos da enormidade do valor que produz para o Capital.

- **Enquanto os meios de comunicação do Capital priorizavam a propaganda em defesa do desmonte da Previdência, o massacre aos direitos trabalhistas era arquitetado pelas principais representações da burguesia:** através da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e por suas principais federações como a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e assim, o governo e a maioria do parlamento seja na Câmara, como no Senado impuseram a destruição de direitos contidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

- **O eixo central do ataque:** atacar o instrumento de representação, organização e luta dos trabalhadores, os sindicatos. Impor o negociado sobre o legislado, individualizar os contratos para reduzir direitos e deixar os trabalhadores reféns da jornada de trabalho imposta pelos patrões.

- São mais de 100 alterações nos artigos da CLT, desde modificações e revogações de artigos que foram diretamente redigidos pela representação patronal, que combinados com o fim da ultratividade dos acordos e convenções coletivas de trabalho, contidos nessa lei e com a liberalização geral da terceirização, tem como objetivo rebaixar ainda mais as condições de trabalho, tentando eliminar direitos duramente conquistados através da luta dos trabalhadores.

Vejam como se articulam as principais medidas impostas nesse massacre aos direitos dos trabalhadores:

- O fim da ultratividade que garantia a manutenção das cláusulas mais benéficas para os trabalhadores até a realização de novo acordo, tem como objetivo eliminar direitos das Convenções e Acordos Coletivos que estão acima da CLT. A ofensiva patronal vai ser tentar retirar esses direitos das Convenções e não conseguindo tentará não renová-las.

- Com a liberalização geral da terceirização, os patrões tentam fragmentar ainda mais a representação dos trabalhadores tornando ainda mais precária a contratação que será feita na maioria das vezes a partir da CLT rebaixada.

- A possibilidade de individualizar negociações vão colocar os trabalhadores reféns da pressão patronal que os obrigará a aceitar acordos previstos na alteração da CLT como imposição de banco

de horas semestral, demissão sem homologação no Sindicato, demissão em que o trabalhador abre mão de metade da multa do FGTS e do seguro-desemprego.

- A criação de comissões nos locais de trabalho que tenham mais de 200 trabalhadores em nada tem relação com a reivindicação de longa data do movimento sindical da garantia de organização dos trabalhadores por local de trabalho. Seu objetivo é tentar impor acordos principalmente no que diz respeito a jornada e redução de salários e ao não conseguirem tirar dos Sindicatos a representação das categorias, sendo esses os responsáveis pela realização dos Acordos e Convenções Coletivas, os patrões vão tentar impor principalmente a redução salarial através dessas comissões.

Diante disso, a defesa da representação eleita pelos trabalhadores nos Sindicatos de forma legítima é uma das ações fundamentais em nossa mobilização contra a intervenção patronal na organização sindical.

- As mudanças no rito processual também escancaram a ação patronal em tentar legitimar a todo custo o calote aos direitos trabalhistas, impondo exclusivamente o ônus da prova aos trabalhadores, o pagamento para realização de perícias e das custas processuais.

- Não são nada pequenos os ataques também em relação à proteção da saúde e da vida dos trabalhadores contidos nas alterações impostas na CLT que liberam os patrões a aumentar os riscos, piorar as condições de trabalho e, junto a isso, se livrarem dos devidos pagamentos de adicionais e indenizações.

- A implementação do trabalho intermitente, que configura-se em jornadas parciais em que os salários serão proporcionais as horas trabalhadas e sem nenhuma garantia trabalhista, e a liberação do parcelamento de férias são o ensaio para flexibilização e eliminação de direitos.

E nós? Trabalhadores no Estado - Pau que bate em Chico.....

Todos os ataques do capital contra a classe trabalhadora chegam primeiro aos trabalhadores celetistas, porém nós que trabalhamos no Estado não estamos de fora dessa conjuntura. Cedo ou tarde a precarização das condições de trabalho, arrocho salarial e o fantasma do desemprego chegam no serviço público.

Se por um lado o objetivo do empresariado é tornar mais precárias as condições de trabalho para assim reduzir o preço da força de trabalho, no serviço público os ataques são no sentido de reduzir os gastos e jogar para os trabalhadores no Estado a conta da crise. O empresariado, através do Estado faz com que a sua dívida se torne dívida pública, e isso faz com que o governo corte na carne dos trabalhadores, com desmonte do serviço público e piora das condições de trabalho. Ou seja, não estamos descolados ou protegidos dos efeitos da crise.

Os patrões precisam do Estado para se socorrerem no momento da crise, através da geração de superávit nas contas primárias do governo. E esse superávit só é conseguido com a desmonte dos serviços públicos, demissão de trabalhadores, retirada de direitos, piora das condições de trabalho e arrocho salarial.

Muito embora os trabalhadores do Estado tenham regime próprio através dos Estatutos do Servidor e, em sua grande maioria, não são atingidos pelas alterações da CLT, estão sendo atacados nos diversos e sucessivos “pacotes de maldades” dos governos municipais, estaduais e federal. São ataques que congelam salários, acabam com os planos de carreira, retiram direitos, inclusive da Previdência, e que agora preparam demissões em massa como o PDV, que de motivada nada tem.

Nesse cenário, o governo surge com as novas velhas soluções milagrosas para o serviço público. O caso mais emblemático é o INSS. O Governo coloca todas as fichas no projeto do INSS DIGITAL e TELE-TRABALHO como forma de intensificação da produção no INSS. Além de privatizar o atendimento através de convênios firmados com bancos e grandes empresas. Tudo indica que o Governo irá terceirizar o atendimento, não realizar mais concurso e isso pode acarretar o fim da carreira do seguro social.

Na Saúde a terceirização e privatização já é uma realidade há muito tempo. Isso acarretou a fragmentação dos locais de trabalho e minou a capacidade mobilização e luta desse setor da categoria. Essa é a mesma tendência que hoje se coloca para os trabalhadores no INSS.

O GOLPE EM ANDAMENTO É CONTRA OS DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA.

A burguesia promove um desmonte dos setores públicos para atender aos interesses dos patrões e do setor financeiro em duas frentes: 1 – reduzindo os serviços para aumentar o repasse de dinheiro público para patrões e banqueiros. 2 – obrigando a classe trabalhadora a comprar os serviços essenciais (Saúde, Educação, Previdência) no setor privado.

Para isso desmonta, esvazia e torna inviáveis os serviços públicos.

Movimento sindical

Frente ao novo ciclo de ataques do Capital contra a classe trabalhadora, a firmeza de nossa ação nos locais de trabalho, potencializando as mobilizações para a retomada de grandes greves em defesa dos direitos é passo fundamental nesse enfrentamento. No ano de 2017, em diversos momentos, a classe trabalhadora se colocou em movimento, muitas vezes a despeito de direções pelegas. Foi assim nas lutas do 15 de março, na Greve Geral em 28 de abril, no 24 de maio em Brasília e no dia 30 de junho, por mais que nessa última ficou bastante claro o papel de entrega de direitos das centrais pelegas mais interessadas em manter o imposto sindical do que fazer a luta em defesa da classe trabalhadora.

Com o ocaso do ciclo de conciliação forçada de classe, a burguesia se sente a vontade para nadar de braçada no ataque contra os trabalhadores. A classe trabalhadora que nos últimos anos esteve submetida a direções sindicais que falavam “em nome dos trabalhadores”, dirigida por centrais que esvaziavam os sentidos das mobilizações e das greves por negociações em câmaras e mesas permanentes, tem agora pela frente novas exigências de luta pela necessidade concreta de sobrevivência aos novos e duríssimos ataques do capital.

Neste momento, a tarefa fundamental é superar o período histórico anterior do sindicalismo de representação para a construção de instrumentos de luta pelos próprios trabalhadores. E é fundamental a unidade da classe na luta. Mas, muitos caem na ilusão de que basta resgatar, reformar, refundar, reconstituir, etc., os antigos instrumentos como a CUT ou ainda fundar “novos” instrumentos que, na verdade, não passam da farsa da tragédia, um juntar de cacos das derrotas e um muro de lamentações dos traídos.

O novo ciclo de ataques do capital é uma consequência do PDP (Projeto Democrático Popular), que com a sua conciliação forçada de classes, esvaziou e tirou o sentido da mobilização dos trabalhadores. A classe deixou de fazer luta para negociar com os patrões e agora pagaremos caro pelos erros históricos.

E muitos iluminados pelo sol e outros tantos unificados em si mesmos se dizem traídos, esquecem que o projeto de conciliação forçado foi gestado e construído pela própria classe trabalhadora. Sim, fomos nós que construímos essa estratégia e reconhecer isso é o primeiro passo da autocrítica séria, para superação de um período histórico e a necessidade de se estabelecer novas estratégias de lutas. E no discurso da traição ou outros que falam em abandono do projeto democrático popular é necessário dizer: o projeto democrático popular do PT se concretizou naquilo que tinha de mais próximo do seu ponto mais desenvolvido. Portanto, não foi mera traição ou abandono, ele foi o que sempre foi, cresceu, se consolidou e agora encontra-se no seu ponto de autodestruição. Por mais que ainda restem alguns suspiros de um Lula De Novo com a força do povo em 2018, refundar, resgatar, reconstruir é mais uma ansiedade para dar respostas rápidas e vazias de conteúdo do que se dispor a fazer o mais duro e mais difícil exercício da autocrítica e da superação.

Desta forma, não é o momento de fundar novas centrais, que na prática encontram-se afastadas dos trabalhadores, como meros aparatos burocráticos e atrelados ao Estado. O momento atual de

ataques contra a classe trabalhadora exigirá muito mais que aparelhos que dirijam os trabalhadores, vai exigir a retomada dos processos de organização dos locais de trabalho, das mobilizações, das greves e das lutas. A tarefa fundamental neste momento é a classe trabalhadora superar a mera representação e retomar o protagonismo das lutas.

PROPOSTAS E PLANO DE LUTAS

RECOMPOR A COORDENAÇÃO DE FEDERAIS.

Frente à derrota da greve geral de 30/06 ficou patente o limite da unidade com setores que entregaram os direitos da classe trabalhadora para salvar a própria pele.

A CNESF deve ser recomposta como espaço de organização e preparação dos enfrentamentos que temos pela frente. Foi decisiva no enfrentamento dos ataques de FHC.

O funcionamento por consenso dentro do FONSASEFE limita as ações. Devemos retomar o caráter deliberativo da CNESF com autonomia e independência frente aos patrões e governos.

INSS DIGITAL/TELE TRABALHO. Segue em ritmo acelerado a implantação do INSS DIGITAL no que interessa ao governo. Cursos, convênios e um acelerado ritmo de trabalho com a recepção de processos em 15 minutos.

Quanto ao TELE TRABALHO segue como uma promessa vazia onde o que sabemos até agora repassa para o trabalhador toda a responsabilidade desde a estrutura até a finalização do processo. Não há nenhuma garantia quanto a segurança no trabalho a ser executado apenas com documentação digitalizada vinda de fora.

Entre os riscos a individualização cada vez maior sobre o trabalho, podendo levar também a um controle ferrenho sobre as tarefas executadas, jogando para o trabalhador individual a responsabilidade pela execução, podendo chegar à individualização dos salários medidos por produção.

AS CONQUISTAS DA GREVE DE 2015 ESTÃO SERIAMENTE AMEAÇADAS.

O Governo anunciou pacote de cortes no funcionalismo que prevê aumento da contribuição previdenciária de 11 para 14%, aumentar o tempo de progressão elevando para 30 anos o prazo para se atingir a última referência na tabela salarial. Rebaixar o salário inicial, o que significará mexer na atual estrutura salarial das carreiras. Estes temas fazem parte de duas medidas provisórias que podem ser assinadas à qualquer tempo.

Participação nos GTS e Comitê Gestor.

O que foi apontado como conquista da greve se mostra no cenário de desmonte dos serviços públicos como um espaço estéril, sob direção do governo. Enquanto nos digladiamos para definir quem entra ou não nesta ou naquela mesa de negociação o governo avança no seu projeto de desmonte e destruição de direitos dos trabalhadores do setor e da população usuária. Somente somos capazes de mudar as regras do jogo atuando ofensivamente frente aos ataques do governo. Portanto a participação em qualquer espaço de negociação deve ser acompanhado da categoria mobilizada, em luta. Ou a participação serve justamente para imobilizar os trabalhadores enquanto o governo aplica sua política, restando ao movimento justificar as derrotas.

SÓ A LUTA MUDA A VIDA!

Frente a ofensiva do governo acertadamente suspendemos o indicativo de greve prevista para o mês de setembro na perspectiva de construir movimento unificado com as categorias que tem data base no segundo semestre. Este encaminhamento foi aprovado no último encontro do FONASEFE. No entanto os metalúrgicos indicaram o dia 14 de setembro como dia nacional de luta e no estado de São Paulo sequer foi chamada assembleia para discutir, mobilizar e encaminhar a participação na atividade.

NAS ASSEMBLÉIAS PARA ELEIÇÃO DE DELEGADOS FICA EVIDENTE O CAOS A QUE ESTÃO SUBMETIDOS OS TRABALHADORES ENQUANTO O GOVERNO ACELERA AS MEDIDAS DO DESMONTE DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA.

- Agências esvaziadas. Não são poucos os locais de trabalho onde está previsto para janeiro ter apenas 01 funcionário trabalhando.

- Sobrecarga de trabalho. Os agendamentos estão previstos com o tempo de atendimento de benefícios de até 17 minutos para protocolar. Ou seja, envelopar tudo e sabe-se lá como serão concluídos os processos e as consequências para os trabalhadores e segurados.

Na Saúde, um número extremamente reduzido de trabalhadores da base federal e uma insatisfação geral seja dos estaduais, municipais e principalmente terceirizados que não se reconhecem enquanto trabalhadores, que embora as diferentes formas de contratação estão sujeitos aos mesmos impactos do desmonte da saúde Pública.

É tarefa do CONFENASPS DISCUTIR E PREPARAR OS TRABALHADORES PARA O ENFRENTAMENTO NECESSÁRIOS PARA EXIGIR A SEGURANÇA NECESSÁRIA PARA QUE NÃO OCORRA UMA REDUÇÃO DE DIREITOS E O DESMONTE DA CARREIRA E DA CAPACIDADE DE ORGANIZAÇÃO E LUTA DA CATEGORIA.

Assinam a tese – COLETIVO DE OPOSIÇÃO SINSPREV PELA BASE/SP